

Cargo: M02 - AGENTE DE TRÂNSITO

Disciplina: Conhecimentos Específicos

| Questão | Gabarito por extenso | Justificativa | Conclusão (Deferido ou Indeferido) | Resposta Alterada para: |
|---------|--|---|------------------------------------|-------------------------|
| 37 | grave e gravíssima | <p>A referida questão sobre Infrações de Trânsito, contida no conteúdo programático do edital está baseada no Código de Trânsito Brasileiro - Capítulo XV – Das Infrações - artigos 195 e 239. A questão traz duas infrações diferentes e quer saber qual a natureza de cada infração, respectivamente.</p> <p>A primeira infração, desobedecer às ordens emanadas do agente de trânsito, está descrita no artigo 195, que discorre que “desobedecer às ordens emanadas da autoridade de trânsito ou de seus agentes: infração grave”.</p> <p>Já a infração, retirar do local veículo legalmente retido para regularização, sem permissão do agente, está descrita no artigo 239, que discorre que “retirar do local veículo legalmente retido para regularização, sem permissão da autoridade competente ou de seus agentes: infração gravíssima”.</p> <p>Diante do exposto, a resposta apresentada no gabarito – grave e gravíssima - se apresenta em conformidade com a legislação vigente.</p> | INDEFERIDO | - |
| 38 | órgão com circunscrição sobre a via. | <p>A referida questão sobre Engenharia de Tráfego, Operação, Fiscalização e Policiamento Ostensivo de Trânsito, contida no conteúdo programático do edital está baseada no Código de Trânsito Brasileiro – Capítulo VIII – Da Engenharia de Tráfego, Operação, Fiscalização e Policiamento Ostensivo de Trânsito – artigo 95. O respectivo artigo descreve que: “Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via”.</p> <p>O CONTRAN é o Órgão Máximo Normativo do trânsito, as competências relativas a esse órgão estão relacionadas no Código de Trânsito Brasileiro - artigo 12. Não está prevista a competência indagada na questão.</p> <p>Ainda, a legislação citada no recurso não se refere ao conteúdo da questão.</p> <p>Diante do exposto, a resposta apresentada no gabarito – órgão com circunscrição sobre a via - se apresenta em conformidade com a legislação vigente.</p> | INDEFERIDO | - |
| 41 | CRLV | <p>A referida questão sobre a Lei Federal nº 13281/16, contida no conteúdo programático do edital está baseada na referida Lei - artigo 1º e no Código de Trânsito Brasileiro – artigo 133 – parágrafo único. Entretanto, com a publicação da Resolução Contran 718/2017, foi instituída a Carteira Nacional de Habilitação digital, que passou a vigorar antes da publicação do edital deste concurso. Desta forma, o porte da CNH é dispensado, apresentando a Carteira por aplicativo digital.</p> <p>Diante do exposto, a questão apresenta duas respostas possíveis -CRLV e CNH – sendo assim, o recurso foi deferido e a questão está anulada.</p> | DEFERIDO | ANULADA |
| 42 | transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação estabelecida pela autoridade | <p>A referida questão sobre Distribuição de Competências dos Órgãos Executivos de Trânsito, contida no conteúdo programático do edital está baseada nas Resoluções Contran nº 66/98 e 121/01.</p> <p>A Resolução 121/01 alterou a redação do Código de Infração nº 574-6, constante do Anexo da Resolução nº 66/98 – CONTRAN, que passou a vigorar com a seguinte redação: “Transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação estabelecida pela autoridade competente para todos os tipos de veículos – é uma competência do Município”.</p> | DEFERIDO | ANULADA |

| | | | | |
|----|--|---|------------|---|
| | competente, para todos os tipos de veículos exceto para caminhões e ônibus | Desta forma, como escrito na Resolução, não há mais exceção de qualquer veículo, o que torna o gabarito da questão inexato. Diante do exposto, o recurso foi deferido, a questão está anulada. | | |
| 45 | esgotados os recursos, as penalidades serão aplicadas no Renach | A referida questão sobre Recursos de Infração, contida no conteúdo programático do edital está baseada no Código de Trânsito Brasileiro – Capítulo XVIII – Do Processo Administrativo – Seção II – Do julgamento das autuações e penalidades - artigos 285 a 290. A saber: Art. 285. O recurso... será interposto perante a autoridade que impôs a penalidade, a qual remetê-lo-á à JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias. § 1º O recurso não terá efeito suspensivo. § 3º Se, por motivo de força maior, o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo. Art. 286. O recurso contra a imposição de multa poderá ser interposto no prazo legal, sem o recolhimento do seu valor. Art. 287. Se a infração for cometida em localidade diversa daquela do licenciamento do veículo, o recurso poderá ser apresentado junto ao órgão ou entidade de trânsito da residência ou domicílio do infrator. Art. 288. Das decisões da JARI cabe recurso a ser interposto... Art. 290. Parágrafo único. Esgotados os recursos, as penalidades aplicadas nos termos deste Código serão cadastradas no RENACH. Dessa forma, a única alternativa correta é a apontada no gabarito - esgotados os recursos, as penalidades serão aplicadas no Renach – artigo 290 – parágrafo único. Cada alternativa apresentada está relacionada a um artigo ou parágrafo dessa Seção, em nenhum momento a questão fez referência ao parágrafo 3º do artigo 285. Os itens tratados nessa questão foram: artigo 285, parágrafo 1º; artigo 286; artigo 287, artigo 288 e o artigo 290, resposta da questão. Diante do exposto, a resposta apresentada no gabarito – esgotados os recursos, as penalidades serão aplicadas no Renach - se apresenta em conformidade com a legislação vigente. | INDEFERIDO | - |
| 48 | 30 metros da parte traseira do veículo | A referida questão sobre a Resolução CONTRAN Nº: 36/98, contida no conteúdo programático do edital está baseada no artigo 1º da respectiva Resolução. A saber: “Art.1º O condutor deverá acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta) providenciando a colocação do triângulo de sinalização ou equipamento similar à distância mínima de 30 metros da parte traseira do veículo.” Dessa forma, a única alternativa correta é a apontada no gabarito - 30 metros da parte traseira do veículo, estando a questão em conformidade com a legislação vigente. | INDEFERIDO | - |
| 49 | multa e recolhimento do documento de habilitação | A referida questão sobre a Lei Federal nº 11.705/08, contida no conteúdo programático do edital está baseada na respectiva Lei Federal nº 11.705/08 e no Código de Trânsito Brasileiro – artigos 277 e 165A. A saber: “Art. 165-A. Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo...” Dessa forma, a única alternativa correta é a apontada no gabarito - multa e recolhimento do documento de habilitação. O artigo 165-A não prevê a apreensão do veículo; a cassação da CNH; o recolhimento do CRV, nem a advertência por escrito e a remoção do veículo. Diante do exposto, a resposta apresentada no gabarito se apresenta em conformidade com a legislação vigente. | INDEFERIDO | - |